

**LEIA AINDA  
NESTA EDIÇÃO**Professores vão esperar  
decisão do Sinpro  
sobre salários\*  
Fechamento de rádio  
livre gera polêmica  
na universidade

## FUNCIONÁRIOS

# Justiça marca julgamento do dissídio para o dia 28/4

Não houve acordo na audiência de conciliação entre a AFAPUC e a direção da universidade, na quinta-feira, 14/4. Assim, a juíza Wilma Nogueira de Araújo da Silva determinou a realização do julgamento da questão no próximo dia 28/4, às 13h.

A juíza indeferiu o pedido da Reitoria de extinção do dissídio, ante a falta de comum acordo entre as partes, afirmando que “compete à Justiça do Trabalho processar e julgar ações que envolvam exercício do direito de greve”. O processo deverá ser agora encaminhado à Assessoria Econômica do Tribunal e ao Ministério Público. Depois disso, ele voltará para a juíza Wilma Nogueira, que foi sorteada para a relatoria do processo.

Na assembléia de sexta-feira, 15/4, os funcionários foram informados do resultado da audiência de conciliação. A diretoria da entidade fez uma avaliação positiva da decisão, uma vez que a juíza reconheceu o dissídio. Os funcionários foram convidados a comparecer no julgamento no dia 28/4 e participar da próxima assembléia no dia 29/4, às 14h, na sala 333.

Já os estudantes informaram que sua mobilização em apoio aos funcionários demitidos continua, e está sendo programado um ato para a entrega do abaixo-assinado pedindo a reintegração dos demitidos. Os estudantes pretendem realizar também um debate, em data a ser definida, para a discussão da proposta de auditoria pública das contas da PUC. Para este debate, estão sendo convidados os três segmentos da universidade.

## Reitoria quer descontar dias parados

A juíza instrutora solicitou que o vice-reitor administrativo Flávio Saraiva prestasse depoimento sobre a situação da universidade, no tocante aos funcionários. O professor afirmou que “os salários do pessoal administrativo estão sendo creditados em dia. Alguns funcionários assinaram o ponto eletrônico e não compareceram ao trabalho. Então, as chefias fizeram uma contagem, e nós pretendemos descontar os dias parados”. Esses descontos só não foram

ainda efetivados porque a folha de pagamento não foi fechada.

Sobre o 13.º salário dos professores, o vice-reitor afirmou que “já existe um procedimento administrativo na DRT, aguardando a PUC que, na primeira oportunidade de seu comparecimento, essas diferenças serão acertadas”. A nova audiência com os professores mencionada pelo vice-reitor acontece no próximo dia 6/5, mas refere-se mais precisamente a acordos sobre atrasos salariais.

# ASSEMBLÉIA DOS FUNCIONÁRIOS

## JULGAMENTO DO DISSÍDIO

29/4 - SEXTA-FEIRA  
14H - AUDITÓRIO 333

## Onde chegou o governo do PT

Nem bem o senador Romero Jucá tomou posse no Ministério da Previdência, foi denunciado como golpista, fraudador e ladrão do dinheiro público. Deu um desfalque de 18 milhões no Banco do Amazônia (Basa).

Jucá e seu sócio Getúlio Cruz, do PT, montaram uma falcatrua oferecendo várias fazendas como fiança. Na apuração, 5 das 7 fazendas tinham sido griladas. Fraudaram documentos, auxiliados por cartórios. Os administradores do Basa fizeram vistas grossas.

Jucá fez parte do governo FHC, representando o PMDB. Agora, ingressa no Ministério da Previdência substituindo seu correligionário peemedebista Almir Lando. O PT e seu governo sabiam que o senador traria consigo a acusação de fraude. Em Roraima, corre um processo desde o ano passado, aberto por um procurador da República.

Frente à retomada das acusações, o procurador-geral da República, Cláudio Fontele, deu 20 dias para Jucá provar inocência. Para quê tanto tempo? Basta apresentar a documentação e comprovar a existência das fazendas. Impressionante: José Dirceu confirmou o homem no Ministério e o defendeu como inocente.

Quantos escândalos de corrupção não explodiram no governo e no parlamento? Severino com nepotismo e Jucá com as fraudes são os mais recentes. Ocorre que o Estado é dirigido por partidos oligárquicos, que permitem florescer todo tipo de quadrilha. Quanto mais alto o cargo, melhor posição para as negociatas. Estamos diante do apodrecimento da classe burguesa e de sua política. O PT, ao se adaptar ao Estado, passou a refletir esse fenômeno histórico-social.

Enquanto decreta o salário mínimo de fome, não cumpre a promessa de 10 milhões de empregos, reforma agrária e fim da fome, alberga e protege meliantes famosos. Assume os programas antinacionais e antipopulares do FMI. A reforma da educação é privatista, favorece a implantação do ensino a distância, abre caminho para o capital estrangeiro entrar na educação e mascara-se com a inclusão social (cotas). A reforma sindical aumenta o intervencionismo estatal contra a independência político-organizativa dos trabalhadores. Favorece a casta burocrática. Torna a lei-antigreve mais violenta.

Não podemos poupar críticas e deixar de organizar a defesa dos que trabalham e produzem a riqueza. Não podemos deixar de mostrar a corrupção. Não podemos deixar de lutar contra as reformas neoliberais do governo PT/Lula.

*Erson Martins,  
Diretor da Apropuc.*

## Consun volta a discutir reformas nos setores

O Conselho Universitário (Consun) reuniu-se em 13/4 para debater as reformas estruturais em andamento nos setores, especialmente no Centro de Processamento de Dados (CPD). Só nesse setor, seis funcionários já foram demitidos.

O professor Rogério da Costa, assessor designado pela Reitoria para cuidar da reformulação na informática da PUC, foi à reunião para apresentar o projeto que a Reitoria já começou a implantar. Rogério afirmou que a reforma envolve a adoção de um novo modelo tecnológico, para centralizar os sistemas de informática da universidade, que atualmente não se comunicam. Segundo ele, para tanto seria necessária uma equipe com qualificação específica, que poderia ser formada por estagiários do curso de Ciências da Computação.

A contratação desses estagiários só não foi feita devido à grande polêmica gerada na universidade depois da demissão de 12 funcionários, em 16/3. Na ocasião, diversos membros da comunidade alertaram que a PUC não deve ter uma política de trocar funcionários por estagiários, pois o estágio não deveria servir simplesmente como mão-de-obra barata, como ocorre no mercado de trabalho.

Rogério afirmou que suas idéias estão sendo compreendidas pelos funcionários do CPD, onde a apresentação sobre a reestruturação do setor já foi feita. Além das alterações em sistemas de *software* e *hardware*, o professor destacou que é preciso modificar a cultura puquiana na área de tecno-

logia, o que envolveria uma mudança na mentalidade dos funcionários e da própria instituição.

O vice-reitor administrativo, Flávio Saraiva, defendeu que a fragmentação dos sistemas de informática acarreta enorme prejuízo financeiro à universidade. Para a implantação do novo sistema, Flávio disse que o Conselho de Administração e Finanças está desenvolvendo um plano para treinar os funcionários administrativos no Curso de Ciências da Computação.

### Preocupações

Os conselheiros manifestaram diversas preocupações em relação à proposta do professor Rogério. Entre elas, a viabilidade financeira do projeto, as metas para o sistema de informática de Sorocaba, a distância entre a proposta e as dificuldades do dia-a-dia – que só os funcionários conhecem.

O conselheiro Nalcir Ferreira lembrou que as reivindicações dos funcionários sempre foram de qualidade nas relações de trabalho, um plano de carreira adequado e a definição de um modelo de universidade.

A professora Madalena Peixoto, diretora do Centro de Educação, disse concordar com a modernização do setor, mas lembrou que a PUC, como universidade, critica a forma como se dão as relações de trabalho no mundo – de forma que não poderia reproduzir a mesma concepção empresarial que combate nas teses que publica.



**PUCviva** é uma publicação da Associação dos Professores da PUC-SP e da Associação dos Funcionários da PUC-SP. **Coordenação:** Valdir Mengardo. **Sub-editor:** Leandro Divera. **Reportagem:** Ébano Piacentini.

**Edição de arte, projeto gráfico e editoração eletrônica:** Valdir Mengardo e Ana Lúcia Guimarães. **Colaboraram nesta edição:** Marta Bispo da Cruz, Priscilla Cornalbas, Luiz Carlos de Campos, Erson Martins de Oliveira, Hamilton Octavio de Souza, Anselmo Antonio da Silva, Maria Helena G. S. Borges. **Telefones da Apropuc:** 3670-8209 e 3872-2685. **Correio Eletrônico:** [apropuc@uol.com.br](mailto:apropuc@uol.com.br). **Telefone da Afapuc:** 3670-8208. **Endereço do PUCviva:** Rua Cardoso de Almeida, 990 - Sala CA 02 - Corredor da Cardoso - São Paulo - SP. Fone: 3670-8004. **Correio Eletrônico:** [pucviva.jornal@uol.com.br](mailto:pucviva.jornal@uol.com.br) - **PUCviva na Internet:** [www.apropucsp.org.br](http://www.apropucsp.org.br).

# Nota do CCA com relação a Rádio Xiado

O fato de o Centro Acadêmico de Ciências Sociais abrigar a *Rádio Xiado* não significa que somente este CA apóia o coletivo que organiza a Rádio. Este coletivo tem apoio do Conselho dos Centros Acadêmicos (CCA), formado por entidades que fazem parte da comunidade puquiana.

Ao contrário do que a Reitoria afirma em seu informe número 13, enviado por e-mail no dia 7 de abril a centenas de pessoas – que diz que “o Centro Acadêmico de Ciências Sociais deixa claros seus métodos. Defende-se como guardião da liberdade e de práticas alternativas, sem consultar a comunidade ou a instituição para saber se concordam com tais práticas e se estão dispostos a ser coniventes com suas ilegalidades” – o coletivo que organiza a Rádio tem apoio de vários setores da universidade, sendo cada entidade a repre-

sentação dos seus respectivos estudantes.

Na verdade, mais uma vez é a Reitoria quem deixa claros seus métodos, assim como nas demissões de 12 funcionários: mesmo APROPUC, AFAPUC, CAs e um abaixo-assinado com mais de 1.200 assinaturas se posicionando contrários, a Reitoria reafirma as demissões. Certamente essas associações, entidades e pessoas que assinaram o documento não fazem parte da comunidade, ou só fazem quando lhes interessa fazer.

O informe número 13 diz que “a primeira providência da Reitoria foi notificar o Centro Acadêmico de Ciências Sociais”. Na verdade, a primeira atitude da Reitoria foi, no recesso por causa da morte do Papa, cortar o fio e roubar a antena localizada em frente ao CACS.

Com este informe, a Reitoria dis-

semina o preconceito contra o Centro Acadêmico de Ciências Sociais, além de acirrar as contradições já existentes na universidade entre certos setores. Assim como publica na *Tribuna Livre* do jornal oficial da PUC textos de estudantes que não assinam, com depoimentos preconceituosos, reacionários e com forte teor classista, a Reitoria reafirma sua forma de acabar com os movimentos reais na PUC: a crítica deve apenas se concentrar na sala de aula. O coletivo que organiza a *Rádio Xiado* é autônomo e tem apoio do CCA porque utiliza o saber teórico em prática de atuação política.

Assinam este documento: centros acadêmicos Leão XIII (FEA), Clarice Lispector (Letras), CACS, CASS, Benevides Paixão (Comunicação), Centro Acadêmico de Psicologia.

## Sobre o fechamento da Rádio Livre

Pedro Rozales

À Reitoria:

Li o informe número 13 de vocês e fiquei indignado, para não dizer que me senti desrespeitado.

Em primeiro lugar, apesar de não convir aqui: não sou católico e, como tal, sinto-me lesado na condição de estudante dessa instituição em não poder assistir às aulas dos dias 4 e 5 deste mês. Como também não sou autoritário, respeito o luto oficial da instituição, só não concordo com os lutos acadêmicos e administrativos que prejudicaram as aulas.

Quanto à parte em que vocês citam a Rádio Livre, e não pirata, cujo nome é Xiado, fico indignado com a ironia, desrespeito e calúnia com que vocês trataram o meio de comunicação. Calúnia ao referir-se à rádio como autoritária, quando esta “toma a liberdade de se impor àqueles que precisam de silêncio”, sendo que ela nunca se impôs a ninguém e em nada atrapalha o silêncio dos que vão à universidade para estudar, pois estes procuram a biblioteca. E aliás, nos espaços de convi-

vência do câmpus, dos que emitem som, a rádio é a que menos contribui.

Ironia e desrespeito ao falar da Rádio, quando dizem que o nome é apropriado, já que causa chiados no sistema de telefonia dos setores acadêmicos próximos, informação esta que tenho lá minhas dúvidas – para tanto, vou pesquisar.

Ironia, aliás, que nunca foi vista circular no meio de comunicação de fato ligado à comunidade, o *PUCviva*, ao se referir à universidade, nem à Reitoria, muito menos ao nome da instituição. Pergunto a vocês se já leram alguma matéria dizer “...a Puta Universidade Cara (PUC) não reverte 20% do que arrecada em bolsas para estudantes carentes, por isso perderá o título de filantrópica...”.

Fico indignado também com a subordinação e subserviência perante à Anatel, que já há um bom tempo vem exercendo atitudes violentas, autoritárias e antidemocráticas com meios livres de comunicação, baseando-se apenas nessa lei 9.414, nos seus artigos 183 e 184. Lei esta que foi fruto da pressão dos grandes meios econômicos de comunicação ao Legislativo, próximo ao que aconteceu

recentemente quando a empresa Monsanto pressionou e conseguiu a Lei que prevê o Conselho Técnico de Biossegurança, no qual um pequeno e restrito grupo de cientistas ligados à empresa terão maior poder de decisão sobre os artigos geneticamente modificados que o próprio Legislativo ou o Judiciário. E como todos sabemos, esses meios de comunicação tratam a informação não como algo essencial que pertence ao povo e serve a ele, ou pelo menos deveria, mas sim de forma parcial, autoritária e visando interesses econômicos.

E a PUC, justamente a PUC, que se diz tão democrática e independente, submete-se a decisões que, embora legais do ponto de vista institucional, são violentas, autoritárias. Nem ao menos se consultou o resto da comunidade, apenas difamou-se a Rádio, para assim legitimar a sua ação.

Pedro Rozales é aluno de Ciências Sociais

Os artigos publicados nesta seção são de responsabilidade exclusiva de seus autores. Espaço disponível: máximo de 30 linhas, ou 2300 caracteres em fonte 12.

# Quem tem medo da reforma universitária?

*Poucas descobertas são mais irritantes do que as que expõem a origem das idéias*  
Lord Acton

**Luiz Antonio Barbagli**

A discussão sobre o anteprojeto da reforma universitária começou mal, principalmente pela maneira pouco profunda com que o assunto vem sendo tratado publicamente. O documento já foi rotulado de xenófobo e estatizante, e é sob essas acusações que o empresariado do ensino está conduzindo, com uma bem arrumada articulação discursiva, o ataque à reforma, mesmo que a opinião pública fique sem saber – como está acontecendo até agora – o que exatamente está sendo proposto.

Neste caso, o que vale não é a informação, mas a contenda que se estabelece a partir de um pressuposto: os interesses financeiros instalados no ensino superior brasileiro são um bem para o país, e tudo o que for feito para discipliná-los ou enquadrá-los em objetivos estratégicos nacionais deve ser desqualificado por sua ideologia, como se não fosse também ideológica a defesa desses mesmos interesses.

Ora, o anteprojeto posto em discussão pelo MEC é bom justamente por isso: é a primeira tentativa séria, depois da Lei de Diretrizes e Bases de 1996, de disciplinar a ação do ensino superior privado no Brasil.

Os críticos da proposta que está sendo encaminhada por Tarso Genro deveriam investigar em que se transformaram as instituições universitárias brasileiras particulares, salvo raríssimas exceções: um imenso comércio de diplomas que consegue driblar, pelo vulto de seu poderio financeiro e pela desenvoltura de seu *lobby*, quaisquer normas que digam respeito à qualidade do ensino, à pesquisa científica e às condições de trabalho de seus professores. Com exceção daquelas universidades confessionais ou comunitárias, que construíram sua atuação a partir de critérios acadêmicos e não exclusivamente mercantis, o que impera hoje é uma racionalidade que subverte a idéia de conhecimento e que a vem transformando em noção meramente utilitária, de baixíssimo custo operacional. O resultado é o que se vê: cursos de graduação desvinculados dos desafios que marcam as várias áreas profissionais e ínfimo índice de produção científica. No final desse processo estão os professores, aos quais os empresários oferecem poucos estímulos à qualificação acadêmica.

Alguns exemplos atestam esse quadro. No estado de São Paulo, que é naturalmente

o centro mais representativo dessa situação, de um total de 109 programas de pós-graduação *stricto sensu* mantidos por instituições privadas e credenciados pela Capes, mais da metade deles (58) recebeu o conceito mínimo da agência na última avaliação trienal.

São números paradoxais. O primeiro desses números – o dos cursos credenciados – é baixo, especialmente quando se leva em conta o espaço ocupado pelo ensino particular no total das matrículas que absorve; o outro – o dos cursos com padrão abaixo do nível de excelência – é alto, o que mostra que a pequena oferta na pós-graduação feita por essas instituições é, majoritariamente, de pouca qualidade.

Quer dizer: a universidade particular não atende à demanda da pesquisa num país que precisa muito dela e, quando tenta fazer isso, atende mal. No entanto, o que acontece com a pós-graduação das universidades públicas é exatamente o oposto: elas oferecem, também em São Paulo, 459 programas igualmente credenciados pela Capes. Desse total, só 65 (14%) foram avaliados com o padrão mínimo de qualidade. Esses dados desautorizam os ardorosos defensores da livre iniciativa no ensino superior e mostram que a autonomia universitária, quando vista sob o prisma mercantil, faz a vida acadêmica perder sua função primordial, que é a da vinculação entre o ensino e a pesquisa. E nenhum país que pretende projetar seu futuro com consistência e seriedade pode permitir que essa situação se mantenha indefinidamente.

Um outro exemplo: na cidade de São Paulo, entre dezembro de 2004 e janeiro de 2005, um número aproximado de 900 professores universitários foram demitidos das instituições privadas em que trabalhavam (número que reproduziu uma tendência observada nos dois anos anteriores). Quem faz a apologia das leis da livre iniciativa dirá que se trata de uma situação contingenciada pelas regras do mercado. Mas é o caso de perguntar: é possível construir uma instituição como é a Universidade, que demanda tempo de maturação de seus docentes em seus planos de ensino e de pesquisadores em seus projetos, com tamanha rotatividade de mão de obra? Isso sem falar no já significativo número de instituições de ensino superior que, por exclusiva lógica contábil, passou a terceirizar a mão-de-obra dos professores, prática condenada por todos os especialistas no ensino universitário, tendo em vista o divórcio que essa forma de contra-

tação provoca entre o docente e o projeto pedagógico da instituição.

Esses exemplos mostram que parte do ensino superior brasileiro transformou-se numa terra de ninguém, já que é visível a contradição existente entre o nível de sua expansão física e econômica e os resultados que apresenta. Salas de aula superlotadas, baixos investimentos em laboratórios e em mão-de-obra, inexpressividade quantitativa e qualitativa das pesquisas que desenvolve, inexistência de produção de impacto em qualquer área do conhecimento – essas têm sido as marcas deixadas por grupos de mantenedores que agora se colocam na posição de guardiões da autonomia universitária, ortodoxos defensores do afastamento do Estado dos “negócios” da Educação. Só não mantêm essa mesma ortodoxia quando se trata de recolher créditos subsidiados pelo BNDES ou de ampliar suas margens de lucro com isenções fiscais: nessas condições, a intervenção do Estado é sempre boa.

Está faltando fundamento aos críticos do anteprojeto da reforma universitária. Os que vieram a público para condená-lo não ofereceram, por enquanto, uma única sugestão para que toda a escola privada brasileira, como acontece em todos os países (com raras e infelizes exceções), altere o descomprometimento social em que vive e se integre ao interesse de todos. A Universidade, qualquer que seja seu perfil administrativo ou seu regime jurídico, é pública pela natureza de suas atividades e é o Estado que deve zelar para que isso seja obedecido rigorosamente. Se os mantenedores não estão acostumados com a simplicidade dessa idéia; se preferem manter o tocosco entendimento de que o que fazem não passa de um simples comércio, então devem estar mesmo com medo da reforma.

**Luiz Antonio Barbagli é presidente do SINPRO-SP**

O SINPRO-SP encaminhou este artigo aos jornais *O Estado de S. Paulo* (seção Carta Aberta) e *Folha de S. Paulo* (seção Tendências e Debates). Os dois se recusaram a publicá-lo.

# Professores decidem aguardar acordo do Sinpro

A assembleia dos professores de 14/4 deliberou o fim das negociações internas com a Reitoria na campanha salarial de 2005. A categoria vai aguardar a definição de um índice de recomposição salarial entre o Sinpro-SP (Sindicato dos Professores de São Paulo) e o Semesp (Sindicato das Entidades Mantenedoras de Estabelecimentos de Ensino Superior). Quando essa negociação for concluída, uma nova assembleia vai avaliar os encaminhamentos que serão adotados em relação aos salários dos docentes da universidade.

A decisão inclui também a solicitação de que a Reitoria publique o reconhecimento do ICV-Dieese como índice de recomposição a ser adotado para os professores, assim como seu compromisso de aplicá-lo a partir de janeiro de 2006. Os dois itens já constam da mais recente proposta de reajuste elaborada pela direção da universidade.

Os professores presentes avaliaram que não havia outra alternativa frente ao grau atual de mobilização da categoria. "A APROPUC cumpriu sua parte. Os problemas que surgem são sempre colocados à categoria na assembleia. Se a mobilização para a campanha não está massiva, temos que acatar isso", avaliou Erson Martins, diretor da associação dos professores.

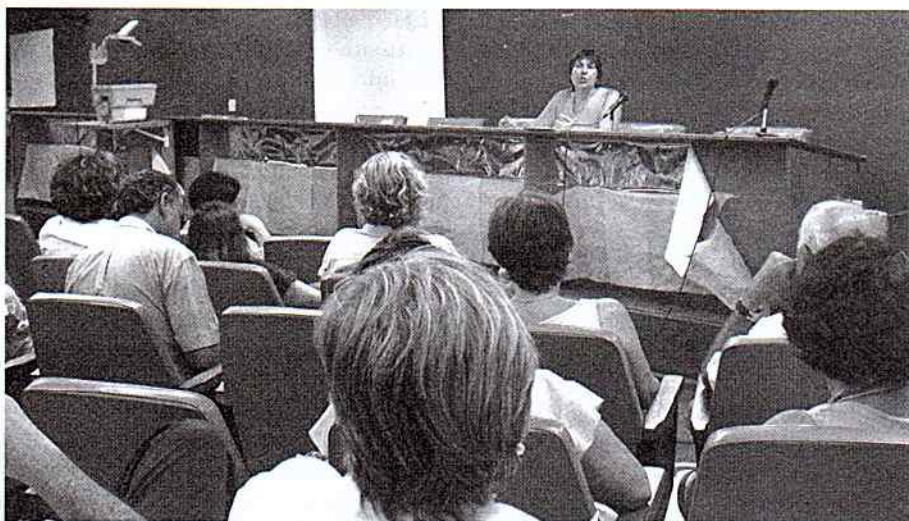
## Perdas dos atrasos

Seguindo outra decisão da assembleia, a diretoria da APROPUC continuará a negociação com a Reitoria na Delegacia Regional do Trabalho (DRT) sobre as perdas ocasionadas pelo parcelamento dos salários dos professores.

A reivindicação continua sendo de que a defasagem seja compensa-

da de acordo com os juros bancários do cheque especial. Neste caso, a assembleia rejeitou a intenção da Reitoria de recomposição pelo ICV-Dieese. O diretor da APROPUC Luiz Carlos de Campos explicou

que esse índice calcula a variação mensal do preço da cesta básica, não podendo ser aplicado para variações diárias, caso da perda que ocorre no intervalo entre o pagamento das parcelas do salário.



Professora Priscilla Cornalbas coordena a assembleia dos professores

ALCIAPERES

## Reitoria não aceita comissão para avaliar números

A assembleia anterior dos professores (29/3) havia deliberado a formação de uma comissão para acompanhar os trabalhos da Vice-Reitoria Administrativa, coletando dados sobre a situação da universidade, que mais tarde seriam submetidos a uma avaliação coletiva.

Em carta enviada à APROPUC na tarde da quinta-feira, 14/4, a Reitoria afirma que os dados que ilustram a crise da PUC já estão à disposição da comunidade – e que, portanto, já poderiam ser analisados.

A assembleia, no entanto, entendeu a resposta como uma negativa em relação à abertura dos números da universidade. "Há algo a esconder nos dados? Essa

recusa preocupa, porque levanta suspeitas, e coloca em questão a própria transparência da Reitoria", avaliou a professora Noemi de Biase, que leciona nos cursos de Fonoaudiologia e Artes do Corpo.

## Demissões

No mesmo documento, a Reitoria reiterou sua posição de não voltar atrás nas demissões de 12 funcionários, efetuadas em 16/3. A direção da universidade afirmou que aguarda a decisão judicial sobre o caso para fazer novo pronunciamento. A assembleia dos professores de 29/3 exigiu a readmissão imediata desses funcionários.

# Rola na rampa



ÉBANO PIAZZINI

## Fila para bolsas reúne centenas de estudantes

No último dia para os alunos entregarem seus pedidos de bolsas da PUC, o corredor do subsolo do Prédio Novo, onde fica o Expediente Comunitário, ficou completamente lotado. Entre as 15h e as 17h, nossa reportagem contou 200 estudantes na fila. O *PUCviva* entrevistou 12 deles. Na consulta, inúmeras reclamações sobre o processo de concessão das bolsas vieram à tona. Muitos disseram estar voltando pela terceira vez, pois documentos que não eram solicitados no edital estavam sendo exigidos na hora da entrega – fotos e autenticação de documentos no cartório, por exemplo. Os alunos criticaram também a falta de transparência do processo: “publicar edital é o mínimo. A transparência se dá quando se sabe quais são os critérios”, disse um aluno da Econo-

mia. Aqueles que já tiveram pedidos rejeitados afirmam que o motivo do indeferimento não é esclarecido objetivamente. Muitos também cobraram que, no meio das 270 bolsas anunciadas, deveria estar claro quantas delas serão bolsas-doação, já que a restituível não passaria de mero empréstimo a juros. Em conversa com a professora Célia Furchleri, responsável pelo Expediente Comunitário, foi informado que uma comissão paritária foi nomeada pelo Cecom para discutir a política de bolsas da PUC, onde se poderá levar críticas e sugestões. A primeira reunião da comissão é nesta terça, às 16h30 na sala P-65. A professora disse também que 1200 alunos apresentaram pedido de bolsa, sendo possível que se conceda 270 bolsas doação.

## Professor lança CD terapêutico

O professor Efraim Boccalandro, da Faculdade de Psicologia, lançou na semana passada o CD *Ritmo respiratório relaxador*, para uso terapêutico indi-

vidual ou em grupo. O CD pode ser encontrado nas livrarias Cortez, Cultura e também nas casas especializadas em material relacionado à Psicologia.

## PUC recebe encontro internacional de Audiologia

Começa nesta quinta-feira, 21/4, no Tuca, o 20.º Encontro Internacional da Audiologia, que se estende até o domingo. Mais de mil pessoas devem participar do evento, que terá a presença de especialistas de países como Austrália, Costa Rica, Canadá e Estados Unidos. Durante os quatro dias de Encontro, fóruns, cursos, conferências e mesas redondas vão abordar os vários aspectos que envolvem a saúde auditiva. Haverá também uma

exposição ilustrando os mais recentes avanços tecnológicos na área da audição. O Tuca também sediou o primeiro Encontro Internacional de Audiologia, em 1985. Na época, a verba arrecadada foi revertida para a reconstrução do teatro, que pouco antes havia sido destruído por um incêndio criminoso. Informações e inscrições podem ser obtidas no site da Academia Brasileira de Audiologia, que organiza o evento: [www.audiologiabrasil.org.br](http://www.audiologiabrasil.org.br)

## Festa Junina começa a ser organizada

A AFAPUC marcou para esta terça-feira, 19/4, às 18h, no Centro Acadêmico de Serviço Social, a primeira reunião de organização da Festa Junina da PUC de 2005. Estarão presentes todos os CAs, Associação dos Pós-Graduandos, APROPUC e Grupo da Maturidade. A reunião é aberta à participação de todas as pessoas interessadas em contribuir no planejamento da festa.

## Maurício de Souza na Videoteca

O criador dos quadrinhos *Turma da Mônica*, Maurício de Souza, vem à PUC na noite desta segunda-feira, 18/4, para participar de um debate depois da exibição de *As aventuras da Turma da Mônica* (17h) e *A princesa e o robô* (18h30), no Auditório Banespa. Mais cedo, às 12h, também será exibido o longa de animação *Walking life*.

## Confira o calendário esportivo da universidade

O Clube da Caminhada da PUC retoma suas atividades neste ano com uma visita a Santos. O caminho pela orla passa por diversos pontos históricos do município, e está marcado para o dia 30/4, sábado, com saída do campus Monte Alegre à 7h e retorno previsto para as 19h. As inscrições custam R\$ 22 e podem ser feitas na tesouraria. O inf-

cio da 2.ª Copa de Futebol Society foi prorrogado para 30/4, e agora as inscrições serão aceitas até 26/4. Podem participar alunos (inclusive da Cogae), professores, funcionários, ex-alunos e prestadores de serviço. As equipes podem ter até 15 atletas. O custo é de R\$ 150 por time. Informações na Faculdade de Educação: 3670-8552.